



INTENSIFICAÇÃO DOS DISCURSOS NEOLIBERAIS QUE AFETAM O COMPONENTE CURRICULAR DE CIÊNCIAS

Jéssica Gomes das Mercês Costa
Universidade Federal Fluminense – UFF (Brasil)
Endereço eletrônico: jessicaa.merces@hotmail.com

Edinaldo Medeiros Carmo
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB (Brasil)
Endereço eletrônico: medeirosed@uesb.edu.br

1615

POLÍTICAS EDUCACIONAIS E DISCURSOS

A sociedade passa por mudanças, assim como os sujeitos e suas aspirações. Dessa forma, para que o contexto escolar acompanhe as mudanças sociais, ideológicas, econômicas, políticas e culturais dos diferentes tempos e locais da sociedade, as políticas educacionais são projetadas e produzidas. Com isso, os discursos neoliberais vêm se consolidando nas políticas educacionais brasileiras há algumas décadas. Nesse cenário, os contextos de influência e de produção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) desvendaram a força com a qual esses discursos vêm se fortalecendo (COSTA, 2021). Considerando a configuração do sistema educacional, essas influências moldam também a construção das disciplinas escolares (ou componentes curriculares), influenciando e alterando o cotidiano escolar, a prática docente e a formação dos estudantes.

Assim, o presente trabalho pretende discutir como o discurso neoliberal tem se intensificado a partir da BNCC e configurado o componente curricular Ciências. Vale ressaltar que esta pesquisa é um recorte da dissertação intitulada “Os contextos de influência e produção da Base Nacional Comum Curricular: um enfoque na disciplina escolar Ciências”, produzida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

Com o intuito de permear a discussão da acentuada presença dos discursos neoliberais na BNCC, a análise documental foi utilizada como ferramenta de produção de dados, a partir do documento denominado “Base Nacional Comum Curricular”. Os dados produzidos pela análise documental foram discutidos mediante a abordagem teórica-metodológica do ciclo de políticas de Stephen Ball e colaboradores. Esta abordagem discute os processos de elaboração, produção, implementação e resultados



das políticas educacionais por meio de cinco contextos inter-relacionados, os quais não apresentam uma linearidade temporal ou sequencial a ser obedecida na investigação (MAINARDES, 2006). Para esta pesquisa, foram utilizados os *contextos de influência e de produção de texto*.

A CONSOLIDAÇÃO NEOLIBERAL NO COMPONENTE CURRICULAR CIÊNCIAS

1616

As políticas educacionais são heterogêneas e em seus textos diversos discursos disputam, entrelaçam e se materializam enfatizando o caráter complexo destes documentos. Contudo, cabe considerar que alguns discursos obtêm mais espaços em detrimento de outros, assim, nas disputas por espaço propagam-se finalidades de determinadas agendas, como é o caso do neoliberalismo.

Existem variadas abordagens e definições para o termo neoliberalismo, nessa pesquisa é levado em consideração a perspectiva apontada por Stephen Ball (2014). Segundo este autor, o neoliberalismo é um conjunto de ações e projetos que tem como foco a universalização das relações, para favorecer o mercado e o capital. No campo educacional, estes discursos influenciam a formação dos indivíduos, de forma que estes atendam às necessidades do mercado de trabalho e do sistema capitalista.

Na década de 1990 a educação passou por grandes mudanças por meio das políticas públicas. De acordo com Leme e Brabo (2019, p. 95), estas políticas educacionais eram “[...] voltadas aos valores da democracia, dos direitos humanos e da formação cidadã, entretanto, com a interferência dos valores neoliberais”. Dentre as importantes políticas desta década, pode-se citar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9394/96), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (DCN) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

Os PCN foram amplamente difundidos e estiveram presentes na maioria dos currículos desenvolvidos no território brasileiro, eles propunham uma educação básica de qualidade que fosse além da mera memorização dos conteúdos, mas que concedesse uma formação integral dos estudantes, capacitando-os para viverem em sociedade. Apesar de discutir importantes temas progressistas (Orientação Sexual, Pluralidade Cultural etc.), tais documentos apresentavam uma ótica neoliberal, seguindo as orientações da comunidade epistêmica.



No início dos anos 2000, os acontecimentos na escola atraíram os olhares do campo da economia e iniciou-se uma tentativa de adequá-la às pautas e valores do economicismo. Nessa perspectiva, em meados de 2015, por intermédio da BNCC, foi realizada a segunda tentativa de padronização do currículo brasileiro. As diversas versões do texto culminaram na versão final apresentada em 2017, para a Educação Infantil e Ensino Fundamental e em 2018 para o Ensino Médio.

A produção desta política influenciou questões estruturais do componente curricular Ciências, tensionando os conhecimentos cristalizados e os discursos fixados para a área de Ciências da Natureza. No momento de idealização da referida política educacional este componente curricular estava circundado por um discurso de efficientismo, no qual a educação científica tem como finalidade a formação de cidadãos que se responsabilizem individualmente pelas questões ambientais, sociais e econômicas em que vivem e a preparação dos sujeitos para um mercado de trabalho flutuante (COSTA, 2021).

Um dos fundamentos da disciplina Ciências na BNCC é o letramento científico. Pauta necessária no cotidiano escolar e essencial para uma formação crítica, criativa e reflexiva. Porém, o texto da BNCC afirma a intenção de transpor as Ciências de maneira imediata para o ambiente escolar e vida dos estudantes por meio do letramento científico. Segundo Lopes (2008, p. 46), “[...] a transposição das dinâmicas da ciência para a escola só atua efetivamente como forma de legitimação da proposta que se deseja implantar”. Nessa perspectiva, todo o contexto social e cultural é desconsiderado e o currículo assume a função de mera transmissão do conhecimento.

Além disso, ao atribuir o compromisso do letramento científico à área de Ciências da Natureza revela-se uma concepção positivista, na qual o conhecimento científico é um fato absoluto, uma verdade estabelecida por intermédio do método científico próprio das Ciências Exatas (COSTA, 2021). Efetivamente, é função da escola, como um todo, promover a educação científica relacionando os conhecimentos científicos e cotidianos para auxiliar na produção de novos conhecimentos e culturas.

Sob a perspectiva do ciclo de políticas é importante se ater ao processo de construção da área de Ciências da Natureza na BNCC. Suas primeiras versões sofreram uma série de críticas dos professores, dado seu caráter conteudista. Nessa conjuntura, de acordo com Piccinini e Andrade (2018), consultores da Fundação Lemann/MPB, se posicionaram contrariamente, cobraram a configuração do ensino de acordo com a agenda internacional e a necessidade de aprofundar mais em conhecimentos científicos.



É importante lembrar que essas entidades não atuam somente nos processos de privatização, mas em parcerias com o Estado, divulgando e favorecendo os princípios do neoliberalismo. Assim, as reformas propostas por estes grupos não têm a pretensão de desregulação do Estado, mas uma re-regulação que estabelece uma nova forma de controle (BALL, 2001). Essa associação facilita a aproximação entre o conhecimento escolar e o mundo produtivo, visto que em uma sociedade capitalista a Ciência e o mundo produtivo mantêm estreitas relações (LOPES, 2008). Assim, se explicita as características de uma política neoliberal, buscando na educação a formação de mão de obra especializada para satisfazer as necessidades do mercado capitalista, ignorando as necessidades sociais. Nesse sentido, o documento não contempla uma educação científica de qualidade e sua configuração destina-se a uma formação mercantilista (PICCININI; ANDRADE, 2018).

A alteração estrutural mais expressiva da Base que impacta a área de Ciências, é o ensino fundamentado na pedagogia das competências. Essa configuração é utilizada quando a escola tem como foco formar o sujeito para o mercado de trabalho (RAMOS, 2006). As competências dão caráter utilitário ao processo de ensino-aprendizagem, os conhecimentos são validados de acordo com o que podem oferecer ao sistema capitalista. Portanto, enfatiza-se a relação da BNCC com o mercado econômico, o capitalismo e a agenda neoliberal.

Componentes educacionais que promovem reflexão e desconstrução do modelo tradicional foram reduzidos no componente curricular Ciências e retomou-se a proposta de um currículo tradicional e fragmentado que prioriza a memorização em detrimento da reflexão crítica. Além disso, cumpre-se as demandas da Fundação Lemann/MPB e demais grupos ligados ao empresariado no que tange ao cumprimento da agenda internacional (PICCININI; ANDRADE, 2018).

O componente curricular Ciências se estruturou em uma concepção positivista, apresentando um discurso de valorização dos conteúdos, entretanto, apresentando-os de maneira fragmentada, descontextualizada, sem vínculos entre os conhecimentos das diversas áreas que a compõe. É promovida uma leitura de mundo universalista e individualista, responsabilizando os indivíduos por todas as questões que envolvem a sua vivência, retirando assim a incumbência do Estado ou sistema econômico vigente e satisfazendo os anseios do mercado, por intermédio da capacitação dos indivíduos com habilidades e competências que serão úteis no mercado de trabalho (COSTA, 2021).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de seus *contextos de influência e produção* o componente curricular Ciências, foi se adequando aos discursos neoliberais. As discussões mais amplas de Ciência com perspectivas políticas, sociais e humanas deram lugar à perspectiva positivista e utilitarista da pedagogia das competências e habilidades. Desse modo, a área de Ciências da Natureza se esvazia da dimensão humana e traz uma dimensão completamente voltada para o mercado de trabalho, fundamentada nas finalidades da agenda internacional e nos preceitos da iniciativa privada e do neoliberalismo que beneficiam ao capital em detrimento do bem-estar social.

Em virtude do que foi mencionado, no contexto da prática docente no cotidiano escolar são necessários movimentos de enfretamento ao sistema opressor e aos discursos de desumanização que permeiam o campo educacional. Além disso, é preciso resistência no ensino para a disseminação de uma educação para a formação crítica, solidária, responsável, integral e humana.

PALAVRAS-CHAVE: BNCC. Ciclo de Políticas. Ensino de Ciências. Neoliberalismo.

REFERÊNCIAS

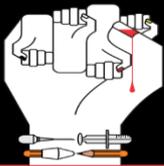
BALL, S. J. Diretrizes Políticas Globais e Relações Políticas Locais em Educação. **Currículo sem Fronteiras**, v.1, n.2, pp.99-116, jul./dez. 2001. Disponível em: <https://gestaoeducacaoespecial.ufes.br/sites/gestaoeducacaoespecial.ufes.br/files/field/ano/exo/ball.pdf> Acesso em: 22 abr. 2022.

BALL, S. J. **Educação Global S. A.:** novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Trad.: Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.

COSTA, J. G. M. **Os contextos de influência e produção da Base Nacional Comum Curricular:** um enfoque na disciplina escolar ciências. 2021. 166 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, 2021.

LEME, R. B.; BRABO, T. S. A. M. Formação de professores: currículo mínimo e política educacional da Ditadura Civil-Militar (1964-1985). **Organizações e Democracia**, Marília, v. 20, n. 1, p. 83-98, jan./jun., 2019. Disponível em: <http://revistas.marilia.unesp.br/index.php/orgdemo/article/view/7678> Acesso em: 22 abr. 2022.

LOPES, A. C. **Políticas de Integração Curricular.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

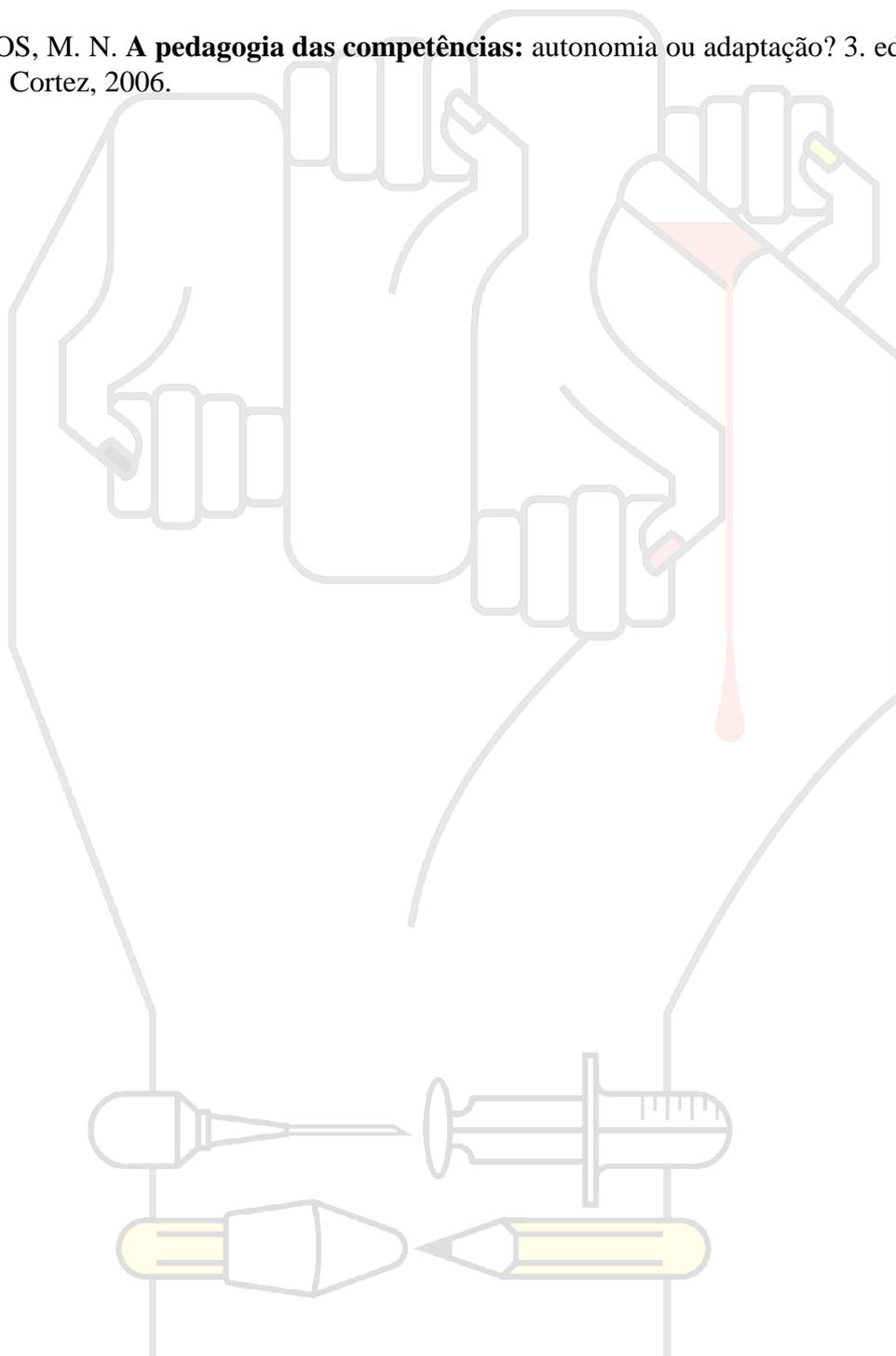


MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a03v27n94.pdf> Acesso em: 22 abr. 2022.

PICCININI, C. L.; ANDRADE, M. C. P. O ensino de Ciências da Natureza nas versões da Base Nacional Comum Curricular, mudanças, disputas e ofensiva liberal-conservadora. **REnBio - Revista de Ensino de Biologia da SBEnBio**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 34-50, 2018. Disponível em: <https://renbio.org.br/index.php/sbenbio/article/view/124/32> Acesso em: 22 abr. 2022.

RAMOS, M. N. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

1620



Realização:



Apoio:

